

Ministérios

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.041, DE 9 DE OUTUBRO DE 1997

O **Ministro de Estado** DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo art. 1º, inciso II, do Decreto nº 1.362, de 1º de janeiro de 1995, resolve:

I - Nomear MARCOS ANTONIO MOREIRA WEST para exercer o cargo de Coordenador de Planejamento e Avaliação, código DAS 101.3, da Coordenação-Geral de Planejamento Setorial da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva.

II - Em consequência, exonerá-lo do cargo de Gerente de Programa, código DAS-101.3, da Coordenação-Geral de Modernização e Informática da mencionada Secretaria.

IRIS REZENDE

SECRETARIA EXECUTIVA Subsecretaria de Assuntos Administrativos Coordenação-Geral de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 190, DE 7 DE OUTUBRO DE 1997

O COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no caput do artigo 7º e parágrafo 1º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1.991, na nova redação pelo artigo 13 da Medida Provisória nº 1.480-28 de 17 03.97, combinado com as determinações da Portaria nº 1 696, de 30 de maio de 1996, resolve:

I - Enquadrar os servidores redistribuídos e aproveitados no Departamento de Polícia Federal, pertencentes a plano diverso, no Plano de Classificação de Cargos deste Órgão mediante transformação do cargo correlato ao do exercido no Órgão de origem, conforme relacionado no anexo à esta Portaria.

II - Os efeitos financeiros resultantes da aplicação desta Portaria, retroagem às datas mencionadas no anexo.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO ARCOVERDE MORAES

ANEXO

NOME DO SERVIDOR	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		DATA DA VIGÊNCIA
	CARGO	CLASSE REF. SUB GRUPO	CARGO	CLASSE REF. SUB GRUPO	
Antônio José Evangelista Filho	Agente Administrativo	B III	Agente Administrativo	B III	D.O.U. 242 19.12.95
Antônio Pereira de Araújo	Digitador	A II	Perfurador-Digitador	A II	D.O.U. 135 17.07.95
Amóbio Holanda Lavor	Médico	A III	Médico	A III	D.O.U. 236 11.12.95
Carlos Aberto Matos da Silva	Psicólogo	A III	Psicólogo	A III	D.O.U. 242 19.12.95
Diva de Abreu Brandão	Digitador	CV	Perfurador-Digitador	CV	D.O.U. 133 13.07.95
Iane Saboya Jorge de Souza	Enfermeiro	A III	Enfermeiro	A III	D.O.U. 249 22.12.95
Isis Maria Rangel	Técnico III	A III	Técnico em Comunicação Social	A III	D.O.U. 070 14.04.97
João Cabral Gondim	Médico	A III	Médico	A III	D.O.U. 084 02.05.96
José Carlos Martins de Souza	Agente Administrativo	A I	Agente Administrativo	A I	D.O.U. 242 19.12.95
José Mário Tranquillini Nery	Assistente Técnico Operacional	A III	Agente Administrativo	A III	D.O.U. 227 22.11.96

Juarez de Barros	Agente Administrativo	B IV	Agente Administrativo	B IV	D.O.U. 249 29.12.95
Lucione Eleutéria Pereira Pinheiro	Técnico em Contabilidade	B VI	Técnico de Contabilidade	B VI	D.O.U. 242 19.12.95
Luiz Roberto Dias	Assistente Administrativo	A I	Agente Administrativo	A I	D.O.U. 194 07.10.96
Marcos Aurélio Jorge da Gama	Administrador	A III	Administrador	A III	D.O.U. 063 01.04.96
Maria de Fátima Marinho Falcão Gondin	Médico	A III	Médico	A III	D.O.U. 084 02.05.96
Maria do Socorro Ferreira Araújo Leite	Datilógrafo	A II	Técnico de Contabilidade	A II	D.O.U. 242 19.12.95
Maria do Socorro Távora Soares	Médico	A III	Médico	A III	D.O.U. 221 20.11.95
Maria Estela de Souza	Digitador	B VI	Perfurador-Digitador	B VI	D.O.U. 156 13.08.96
Mariano Rodrigues de Souza Filho	Agente Administrativo	B I	Agente Administrativo	B I	D.O.U. 242 19.12.95
Mário Edson Goulart Neves	Datilógrafo	C VI	Datilógrafo	C VI	D.O.U. 155 10.08.95
Nair Pereira de Pádua Sousa	Assistente Social	A I	Assistente Social	A I	D.O.U. 084 06.05.97
Raimundo Nonato Nunes Pinheiro	Agente Administrativo	C IV	Agente Administrativo	C IV	D.O.U. 242 19.12.95
Rogério Eicke	Técnico em Contabilidade	A III	Técnico em Contabilidade	A III	D.O.U. 242 19.12.95
Suely Madeira de Hungria	Pedagogo	A III	Técnico em Assuntos Educacionais	A III	D.O.U. 242 19.12.95

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 9 DE OUTUBRO DE 1997

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso de suas atribuições e *ad referendum* do colegiado,

CONSIDERANDO que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana vem acompanhando denúncias sobre uma série de violações a direitos humanos no Estado do Acre, formuladas pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, como também pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça daquele Estado; resolve:

Art. 1º Constituir Subcomissão relacionada à Comissão constituída pela Resolução nº 02/97 para, de acordo com o previsto nos artigos 4º e 6º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, proceder a investigações sobre denúncias de graves violações a direitos humanos ocorridas no Estado do Acre.

Art. 2º Designar para compor a referida Subcomissão os Senhores RICARDO NAKAHIRA (relator), Procurador da República no Estado do Acre, e JOSÉ ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto; FRANCISCO MATIAS DE SOUZA e ELISEU BUCHMEIER DE OLIVEIRA, do Ministério Público Estadual; Major PM ROMÁRIO CÉLIO BARBOSA GONÇALVES, da Polícia Militar do Estado do Acre; e LUIZ ANTÔNIO BATISTA LINO, da Polícia Federal no Acre.

Art. 3º Recomendar à Subcomissão que, no prazo de noventa dias (90) proceda ao levantamento dos subsídios necessários às suas atribuições e elabore relatório conclusivo, com encaminhamento à Comissão constituída pela Resolução nº 02, de 1997.

IRIS REZENDE

SECRETARIA DE JUSTIÇA

Departamento Penitenciário Nacional

PORTARIA Nº 21, DE 8 DE OUTUBRO DE 1997

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, do Ministério da Justiça, no uso de suas atribuições legais, resolve.

Tornar sem efeito as portarias nº 05 e 06 de 1º de abril de 1997, publicadas na página 2162 da Seção 2, do Diário Oficial da União de 02 de abril de 1997

SÉRGIO SEABRA SANTIAGO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

PORTARIAS DE 8 DE OUTUBRO DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo artigo 1º, item I, da Portaria Ministerial nº 50-MJ, de 10.02.95, em cumprimento à decisão liminar proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 97.02.11504-3, pelo Egrégio Tribunal Regional Federal 2ª Região, (Prot. nº 04000.009246/97-86), mediante autorização concedida pelo Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, publicada no DOU de 03.10.97, resolve: